

PRIMEIRA LINHA CORRIDA AOS CERTIFICADOS



No Orçamento do Estado, o Ministério das Finanças, liderado por Fernando Medina, inscreveu que esperava captar 1,3 mil milhões de euros de poupanças das famílias.

Certificados dão o triplo do que Medina esperava

O Ministério das Finanças esperava um saldo líquido de certificados de aforro e Tesouro de 1.352 milhões de euros em 2022. O ano fechou com mais 4.551 milhões de euros nestes produtos, graças ao forte apetite que a Euribor gerou por certificados de aforro.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.isct

As famílias em Portugal reforçaram como nunca a aposta nos produtos de aforro do Estado, com a maioridade das novas negociações de certificados de aforro a fazer disparar as subscrições. Entre entradas e saídas de investi-

mentos, o saldo líquido de todos os certificados fixos se cifrou em 4,5 mil milhões de euros, o triplo do esperado pelo Ministério das Finanças. No mês em que receberam o subsídio de Natal, as famílias reforçaram ainda mais a aposta nos produtos de poupança do Estado. O montante total aplicado nos dois certificados chegou há nove meses, tendo subido 1,6 mil milhões de euros só em dezembro.

Após três trimestres consecutivos de declínio centrar, o "stock" total de certificados de aforro e certificados do Tesouro fechado

ano passado nos 34.868,91 milhões de euros, de acordo com os dados divulgados esta segunda-feira pelo Banco de Portugal. O montante representou um aumento de 4.551,37 milhões de euros face ao fim de 2021.

O potencial impulsionado pelos certificados de aforro, que se tornaram atraentes como alternativa à remuneração indexada à Euribor a três meses. No fim de dezembro, o mês do subsídio de Natal, entraram 1.916,4 milhões de euros neste produto, esboçando o "stock" no final do ano em

19.625,50 milhões de euros. Em comparação com dezembro de 2021, foram mais 7.156,68 milhões de euros.

Este reforço de novos certificados de aforro ultrapassaram, em outubro, os certificados do Tesouro, o que não aconteceu desde o início de 2017. Como os segundos têm um prémio de remuneração indexado ao crescimento económico, não foram no ano passado tão atractivos para os investidores. Fecharam o ano nos 15.243,41 milhões de euros, menos 2.665,31 milhões do que em 2021.

Tanto as entradas como as saídas superaram as expectativas do Ministério das Finanças. No Orçamento do Estado (OE) para 2023, a equipa de Fernando Medina reviu também as projeções para o ano passado do financiamento líquido através de certificado de aforro, que esperava que ascendesse a 3 mil milhões de euros, mais do que compensando a redução do financiamento através de certificado do Tesouro em 1,6 mil milhões de euros. No total, o saldo líquido esperado para o conjunto de ambos os produtos era de

Pedro Correia

7,16

AFORRO
Com o retorno a subir, os certificados de aforro brilharam em 2022. Captaram 7,16 mil milhões de euros em poupanças das famílias.

-2,6

TESOURO
O prémio associado ao crescimento económico deixou os certificados do Tesouro menos atrativos. Perderam 2,6 mil milhões em 2022.

apenas 1.352 milhões de euros. "Apesar de tudo, estamos a falar de um excesso de três mil milhões de euros", refere Filipe Grilo, especialista em Economia da Porto Business School, sobre a comparação entre o atual ano e o ano anterior. A estimativa do Governo Ligeiramente Excedente Mediocras estabeleceu o objetivo de retirar o país, em 2024, do grupo de países com maiores dívidas da União Europeia. "Ve a definição de um aumento da dívida", comenta Pedro Brito, professor associado da Nova SBE, ressalva, contudo, que "isto está numa situação mais robusta do que na crise da dívida face ao alargamento de maturidades e baixos custos de financiamento. Ainda assim, "Portugal tem um problema de dívida", diz. Os dados finais da dívida pública portuguesa em 2022 só serão conhecidos nas próximas semanas, mas os novos dados da dívida pública na cidade de Maastricht (aquele conta para Bruxelas) diminuiu para 273,3 mil milhões de euros, segundo dados do Banco de Portugal. Para o retorno normal contribuíram as amortizações de títulos de dívida, bem como de certificados do Tesouro. Contudo, as emissões

de certificados de aforro impediram uma redução maior. "Não vejo o Governo a usar esse dinheiro com grande margem", diz Filipe Grilo, sublinhando, no entanto, que os certificados de aforro representam uma pequena parte da dívida pública nacional. "O budo, para já, não permite grandes alterações na composição". O especialista em economia lembra ainda que uma maior parcela da dívida são milhões de famílias em Portugal. A dívida ao país "é mais volátil e a malanca de longo", refere os investidores internacionais. Já o professor associado da Nova SBE contrapõe que não é possível saber quem são os compradores de certificados de aforro. É crítica o uso do financiamento captado. "A economia que mais cresce são as que têm maior taxa de poupança porque têm maior investimento, supondo de um milhão de euros e se emprestar diretamente ao Estado e investir na economia, que é o que o Estado vai fazer. Se for para pagar indemnizações, T.I.P., em particular, se for para investir na economia, é positivo", diz Pedro Brito.

BALANÇO

Reforço das poupanças no Estado supera expectativas e impede quebra da dívida

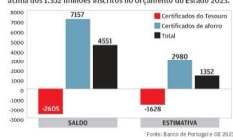
HÁ 34,9 MIL MILHÕES EM CERTIFICADOS

A forte atratividade dos certificados de aforro levou o "stock" destes produtos a ultrapassar os 34,9 mil milhões de euros no fim de 2022, enquanto os certificados do Tesouro fecharam a ano nos 15,2 mil milhões. Entre os dois produtos há 34,9 mil milhões de euros.



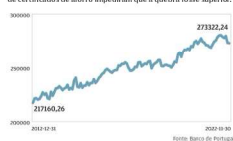
GOVERNO ESTIMAVA 1.352 MILHÕES

Os certificados de aforro captaram mais dinheiro do que o Governo estimava, enquanto os certificados do Tesouro perderam mais. No total, o saldo líquido do ano ficou-se em 1.352 milhões de euros, acima dos 1.352 milhões inscritos no Orçamento do Estado 2023.



273,3 MIL MILHÕES EM DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública, na ótica de Maastricht, diminuiu para 273,3 mil milhões de euros em novembro. As amortizações de certificados do Tesouro contribuíram para a redução mensal, mas as emissões de certificados de aforro impediram que a quebra fosse superior.



IGCP quer modernizar produtos de aforro

Os produtos de aforro do Estado voltaram a captar as atenções dos investidores e a Agência Gestora do Tesouro e da Dívida Pública (IGCP) quer modernizar o processo. O modelo liderado por Miguel Martin está a passar por um processo de digitalização que vai permitir o acesso online sobre quem são os investidores que estão a abrir poupanças nos produtos de aforro do Estado, ao mesmo tempo que renovou o contrato com o CTT com medidas avançadas em canais digitais. Fonte oficial do IGCP explicou ao Negócios que, "infelizmente, os produtos de aforro que foram concebidos há décadas não suportam a integração e tratamento de dados sobre os aforradores que detêm certificados, nomeadamente, a formação ou a localização. É uma evolução que faz parte do projeto de transformação digital do IGCP", acrescenta a mesma fonte, sem dar mais pormenores sobre o processo em curso.

Contudo, há pouco mais de um semana a agência assinou com o CTT um novo contrato de distribuição de dívida que traz novidades em relação aos canais online. "O referido contrato mantém essencialmente os mesmos canais do anterior, passando a incluir novos canais de distribuição de aforradores, entre os quais o desenvolvimento de canais online pelo CTT, para além do tradicional canal presencial da Rede de Lojas CTT", lê-se no comunicado enviado pela operadora postal. Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Atualmente, só é possível abrir uma variedade reduzida de produtos de aforro através dos canais digitais dos Correios que adiram ao produto. O novo contrato poderá assim abrir a porta à subscrição online, alargando o público mais jovem e criando as bases que se criaram com a forte atratividade dos certificados de aforro ao longo dos últimos meses. O novo contrato entra em vigor a 20 de janeiro e vai durar ao longo de três anos. ■ **BAR**